



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

**XX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO/2006**

CICLOS DE APRENDIZAGEM: AÇÃO OU ACOMODAÇÃO

Viviane do Rocio Barbosa

(Programa de Pós-Graduação em Educação /UFPR)

Andréia Alves Correa

Professora orientadora: Sandra Regina Kirchner Guimarães

O tema abordado nessa pesquisa é um estudo sobre os ciclos de aprendizagem. O objetivo principal deste trabalho foi a identificação de situações em que a implantação dos ciclos de aprendizagem na Rede Municipal de Ensino geram uma acomodação por parte dos educadores e educandos, e ao mesmo tempo, quando pode-se verificar a ação democrática da comunidade escolar. A parte teórica e bibliográfica desenvolvida foi realizada através de estudos e análise comparada em referenciais embasados nas propostas de ciclos já implantados em algumas cidades brasileiras. Além disso, foram estudados autores que desenvolveram seus estudos com cunho político educacional. A parte prática deu-se através de questionários direcionados a professores de duas escolas municipais, na cidade de Curitiba que alteraram sua prática de ensino seriado para ciclado. Através do instrumento de pesquisa utilizado, foi possível verificar o envolvimento da família e alunos nas questões relacionadas à escola. Além disso, percebeu-se também que há uma grande insatisfação por parte dos sujeitos da pesquisa com relação ao desenvolvimento da proposta que foi implantada. Com a análise dos pontos negativos e positivos, apontados nos questionários, pode-se concluir que houveram mudanças que influenciaram o desenvolvimento da aprendizagem escolar, assim como, situações conflitantes desse mesmo processo com a instituição de um novo sistema sem os esclarecimentos prévios e conscientizações necessárias; além disso também foram identificados alguns pontos positivos resultantes da implantação dos ciclos de aprendizagem em Curitiba e em outras cidades brasileiras.

Palavras-chave: ciclos de aprendizagem; política educacional; reformas educacionais.

CICLOS DE APRENDIZAGEM: AÇÃO OU ACOMODAÇÃO

Viviane do Rocio Barbosa – UFPR (vithp@hotmail.com)

Andréia Alves Correa (andriacorreia75@hotmail.com)

Professora orientadora: Sandra Regina Kirchner Guimarães

INTRODUÇÃO

O tema abordado nesta pesquisa refere-se aos ciclos de aprendizagem. Tinha-se como objetivo principal investigar o pressuposto de que os ciclos podem desenvolver ação ou acomodação nos indivíduos que estão diretamente relacionados com o processo ensino-aprendizagem (pais, alunos e profissionais da educação).

A intenção pela escolha dessa problemática originou-se através de experiências vivenciadas no contexto escolar da Rede Municipal de Ensino de Curitiba e por discussões geradas em torno do tema em estudos anteriores. A realidade aqui retratada tem como fundamento uma escola popular democrática em seu discurso, porém deve-se repensar e refletir sobre a real situação em que se dispõe a mesma.

Participando desse contexto, surge a necessidade de fundamentar algumas interrogações pessoais acerca da real ação política-educacional em que se instituem os ciclos de aprendizagem, ou seja, compreender o discurso proposto e analisar a realidade instaurada. A partir dessas reflexões, buscou-se com essa pesquisa identificar como diferentes situações contribuem para o desenvolvimento de uma aprendizagem com qualidade dentro dos sistemas escolares atuais.

Neste sentido, procurou-se identificar situações em que a implantação dos ciclos de aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Curitiba gerou uma acomodação por parte dos educadores e educandos, procurando-se, mesmo tempo, verificar a ação democrática da comunidade escolar.

Para se poder chegar a uma conclusão sobre o assunto, foi necessário primeiramente, analisar as políticas públicas que fundamentam as propostas de ciclos de aprendizagem e que desenvolveram reformas nos sistemas de ensino em algumas

cidades brasileiras. A partir dessa reflexão pôde-se retratar outra questão que se refere à caracterização de alguns pontos positivos resultantes da implantação dos ciclos de aprendizagem em Curitiba e em outras cidades brasileiras.

REFORMULAÇÕES NOS SISTEMAS DE ENSINO

As instituições de ensino, a serviço do capital dominante, devem educar para a competência. Os indivíduos, na atual situação do mercado de trabalho, não devem apenas aprender conhecimentos sistematizados e historicamente produzidos, devem, além disso, desenvolver competências que lhes permitam serem indivíduos completos, flexíveis, que agreguem a seus conhecimentos saberes cognitivos, psicomotores e sócio-afetivos, a fim de que o ideal de mais valia seja alcançado pelos capitalistas.

No mundo onde a universalização da economia e tecnologia é inevitável, a formação de uma mão-de-obra qualificada tornou-se imprescindível e reformas nos sistemas educacionais foram se realizando, ao longo dos tempos, a fim de formar indivíduos capazes de atuar no mundo do trabalho competitivo.

Assim diz Costa ao comentar as reformas educacionais: “... há uma tendência de ponta a promover reformas em sistemas educacionais, orientadas pela conjugação da busca de eficiência e equidade. Cidadania e revolução tecnológica seriam assim solidárias na nova sociedade que se forma” (COSTA, 1996, p.43).

O sistema educacional brasileiro já passou por diversas reformas (Escola Tradicional, Escola Nova, Escola Tecnicista) sempre procurando atender aos interesses da classe dominante. Dentro da atual conjuntura mundial de globalização do capital e da necessidade de se produzir um indivíduo flexível, apto ao trabalho em grupo, com o domínio de técnicas para desenvolver trabalhos específicos, convém ressaltar que diversas cidades brasileiras, e em especial Porto Alegre e Belo Horizonte, alteraram os rumos de suas políticas, desenvolvendo reformas em seus sistemas educacionais. Os objetivos, que ambas as redes municipais de educação se propuseram atingir foram: deixar de lado a exclusão e atender aos interesses da maioria da população, dar oportunidade de escolarização a todos os indivíduos e resistir à mercantilização da sociedade. Assim, para que a educação se concretizasse de uma forma diferenciada da qual estava sendo desenvolvida, e para que os novos objetivos fossem alcançados, tais cidades adotaram em suas políticas educacionais os ciclos que estão propostos nos

Parâmetros Curriculares Nacionais e na Lei 9.394/96, Capítulo II, Artigo 23, a qual dispõe:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (APP-SINDICATO, 1997, p. 54)

Numa sociedade que se transforma e evolui com base na informação, as alterações se fazem necessárias, e segundo perspectiva do Secretario Municipal de Educação da cidade de Porto Alegre, José Clóvis de Azevedo (1999), a formação por ciclos representa um avanço frente às formas conservadoras de organização do ensino, pois se dá oportunidade a todos os indivíduos da sociedade nessa forma de organização do sistema escolar.

ESTRUTURAÇÃO DOS CICLOS EM ALGUMAS CIDADES BRASILEIRAS

A proposta de estruturação dos sistemas educacionais por ciclos recebe uma denominação específica conforme os interesses políticos que os regem; em Porto Alegre, são chamados de “Ciclos de Formação” formando a “Escola Cidadã”, em Belo Horizonte, são conhecidos como “Ciclos da Infância e Adolescência” formando a “Escola Plural”.

Além das capitais brasileiras já citadas, a Rede Municipal de Ensino da cidade de Curitiba (1999) também vem adotando a mesma política educacional, implantando os ciclos nas escolas de primeira a oitava série do Ensino Fundamental, e são chamados de “Ciclos de Aprendizagem”.

A estrutura dos ciclos, segue praticamente as mesmas regras: não existe mais a seriação e acaba a repetência ao final do ano letivo nas cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte. Em todas as cidades em que os ciclos estão sendo implantados, os alunos são matriculados nos ciclos conforme a idade, e cada ciclo tem a duração de dois anos (como na cidade de Curitiba), ou três anos (como nas cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte). A seriação de primeira a oitava série do Ensino Fundamental é substituída por três ou quatro ciclos, e ainda são formadas em cada ciclo as chamadas “turmas de progressão” que visam atender os educandos com defasagem entre sua faixa etária e a escolaridade, realizando um trabalho diferenciado para a superação das dificuldades apresentadas. A orientação dada pelo MEC para que haja uma flexibilização da seriação é a seguinte:

A noção de ciclo é pedagogicamente funcional por corresponder melhor à evolução de aprendizagem da criança e prever avanços na aprendizagem de competências específicas, mediante uma organização curricular mais coerente com a distribuição dos conteúdos ao longo do período de escolarização. A adoção de ciclos tende a evitar as frequentes rupturas, ou excessiva fragmentação do percurso escolar, assegurando a continuidade do processo educativo ao permitir que os professores adaptem a ação pedagógica ao diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, sem no entanto perder a noção das exigências de aprendizagem referentes ao período em questão. (MEC, 1995, p.11)

A organização dos ciclos na Rede Municipal de Ensino da cidade de Curitiba segue praticamente as mesmas regras de cidades como Porto Alegre e Belo Horizonte mas, o que a diferencia das demais é que ao final de cada ciclo, que tem duração de dois anos, o aluno é “retido” se não possuir os pré-requisitos necessários para poder frequentar o ciclo seguinte. A substituição da estrutura das escolas seriadas por ciclos, deu uma nova estrutura ao Ensino Fundamental de primeira a oitava série nas cidades que o adotaram como um meio para a democratização o ensino. Assim diz Azevedo ao comentar o processo de implantação dos ciclos na cidade de Porto Alegre: “... era necessário abrir a escola à participação dos usuários, possibilitar um amplo debate sobre os seus mecanismos de exclusão, construir uma política pedagógica eficiente na produção da aprendizagem, assegurar o acesso ao conhecimento e o sucesso escolar para todos” (AZEVEDO, 1999, p.21) .

Essa nova estrutura veio para substituir a tradicional e obsoleta forma de organização da escola seriada, abandonou-se a camisa de força dos tempos pré-determinados de aprendizagem e criou-se à possibilidade de respeitar o tempo de aprendizagem do aluno.

Juntamente com a nova estrutura dos sistemas de ensino veio uma nova forma de avaliar os conhecimentos construídos pelos alunos. O rendimento do aluno não está mais atrelado a nota ao final do bimestre, ou a conhecida média aritmética ao final do ano letivo, pois a repetência, não faz parte dessa política. O sistema de ciclos, quando adotado, requer uma reordenação na concepção de avaliação de todo o sistema escolar.

A cidade de Porto Alegre (1995), na “Escola Cidadã”, desenvolve a avaliação em três modalidades: a avaliação formativa, a avaliação somativa e a avaliação especializada. A avaliação formativa tem como dinâmica a auto-avaliação do aluno, do grupo e dos educadores, o conselho de classe participativo com todos os envolvidos no processo, análise do relatório de desempenho dos alunos feito pela família e a elaboração de um relatório descritivo de avaliação individual do aluno, realizada pelos

professores. A avaliação somativa consiste no quadro diagnóstico geral no final de cada ano letivo e de cada Ciclo de Formação.

A avaliação especializada consiste na avaliação requerida pelos educadores e realizada pelo Serviço de Orientação Pedagógico em alunos que necessitam de um apoio educativo especial.

Na cidade de Belo Horizonte (1999), na “Escola Plural”, a avaliação é realizada seguindo os mesmos paradigmas da Escola Cidadã. A descrição dos avanços e dificuldades dos alunos é realizada pelos professores de Belo Horizonte. Estes relatórios com os resultados obtidos pelos alunos são apresentados e discutidos com os pais durante os Conselhos de Classe, onde a participação dos mesmos se faz necessária dentro desta política. A auto-avaliação do aluno também é desenvolvida para que este se sinta responsável pela sua aprendizagem e torne-se um agente ativo desse processo. A participação dos pais nos conselhos de classe.

O procedimento adotado pelas políticas educacionais das cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte, eliminando as notas, vem para derrubar um tradicional conceito presente em toda a sociedade, a competição. Em todos os seguimentos do mundo que nos cerca há o interesse em se alcançar sempre a melhor nota, em alcançar sempre o primeiro lugar, e isso nos leva a pensar que os alunos estudam não para adquirir conhecimentos, mas sim para conseguir uma nota, para ver quem é que fica ou quem é excluído da escola. Aqueles que possuem as melhores notas são aprovados e, portanto são os melhores alunos, e aos que não a atingem, resta apenas o fracasso.

O ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA

A eliminação dos mecanismos de reprovação escolar, própria de uma sociedade excludente e competitiva, vem também para redefinir o papel da família com relação à aprendizagem. Ambas as cidades citadas têm como grande objetivo manter a família envolvida com o processo de aprendizagem, dando oportunidade à mesma, fazer uma análise crítica do desempenho dos alunos durante os Conselhos de Classe. O conhecimento e o entendimento dos avanços e de questões que precisam ser aprimoradas com o auxílio de todos os que estão envolvidos com o processo, contribui para que se alcance com mais rapidez os objetivos que se espera, ou seja, o conhecimento sistematizado historicamente produzido.

A implantação dos ciclos como forma de organização do ensino requer não apenas uma nova estrutura curricular, mas também necessita uma participação mais

ativa da comunidade escolar (pais, alunos, professores, pedagogos, diretores). A cidade de Porto Alegre, por exemplo, ao adotar os ciclos, desenvolveu primeiramente mudanças administrativas, promoveu seminários para discussão das propostas com a comunidade escolar e desenvolveu programas de formação dos Conselhos Escolares e professores, e só após esse trabalho de conscientização coletiva ser realizado, os ciclos foram implantados.

Tal atitude vem para ressaltar que a consciência de uma classe não ocorre por mera coincidência ou pela espontaneidade, ela se dá por meio da consciência dos atos, dos prós e contras das atitudes que estão sendo tomadas, ou seja, não basta apenas uma mudança estrutural para se formar um cidadão participativo, mas se faz necessária uma mudança de paradigma em toda a comunidade escolar.

Assim diz Mezomo:

A qualidade da escola, (...) só será garantida se houver a participação de todos os envolvidos: pais, professores e alunos. Os pais deverão apoiar o esforço da escola, os professores deverão trabalhar mais efetivamente e os alunos deverão executar a parte que lhes cabe no processo de aquisição das habilidades de que necessitam para serem os cidadãos que a sociedade requer. (MEZOMO, 1997, p. 12)

A mesma situação, no entanto, não pode ser referida à cidade de Curitiba, na voz dos sujeitos participantes dessa pesquisa, pois essa nova política educacional trouxe certa acomodação por parte dos alunos e familiares com relação ao envolvimento no processo de aprendizagem. A Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (1999) propôs um projeto de implantação onde se respeitariam as diversidades culturais de cada região, onde todos os envolvidos no processo teriam ampla participação, porém a forma como se efetivou esse processo não condiz com o discurso de uma sociedade democrática, pois os objetivos a serem alcançados já estavam, pré-determinados e a comunidade escolar (principal agente dessa dinâmica) não participou diretamente da discussão (com exceção de algumas lideranças das regionais que estiveram em encontros para discussões).

A proposta de implantação dos ciclos em Curitiba trazia consigo a realização de seminários com a intenção de formação da comunidade escolar no sentido de prepará-la para a nova situação que iriam vivenciar, fato este que não acabou acontecendo da forma como foi planeja. Essa atitude demonstra que a autoridade prevalece sobre a autonomia, na medida em que, a experiência já é a prática e poucas mudanças são admitidas. É comum assim escutar os alunos dizerem: “para que estudar, seu eu vou passar...”, ou então os pais se referirem à escola “... como é que ele passou,

se ele não sabe nada...”. Parece estar presente em grande parte da comunidade escolar a idéia de que não há mais necessidade de se dedicar ao estudo. Estes ensinamentos são possíveis de acontecerem porque os próprios pais dos alunos quando tiveram sua formação (e se tiveram) foi dentro de um sistema escolar organizado em séries e conviveram sempre com o “fantasma” da repetência. Assim diz Arroyo (1999) sobre a nova forma de organização do sistema escolar: “Estamos tão acostumados com a organização seriada que ela passou a fazer parte de nosso imaginário escolar. Desde criancinhas nos levaram às primeiras séries, fizemos o curso-percurso subindo por andares, por séries ou fomos retidos e tentamos de novo subir essas rampas tão escorregadias.” (ARROYO, 1999, p. 144).

O fato de a comunidade escolar estar historicamente acostumada a conviver com a tradicional forma de organização do sistema escolar, quando este deixa de existir, sem um trabalho de conscientização geral, acaba-se por, gerando um descomprometimento e desinteresse por parte de alunos e familiares com o processo de aprendizagem. Muitas das idéias que estão se proliferando pelas escolas da cidade de Curitiba, onde os ciclos ocorrem, são oriundas da falta de uma política educacional estruturada que defina seus interesses e que desenvolva um processo de formação de toda a comunidade escolar para que ocorra um maior empenho por parte de todos os envolvidos.

A qualidade na educação é o resultado de um trabalho conjunto de todos os envolvidos (pais, professores, alunos, governo) de atenderem (antecipar e exceder) às necessidades de seus clientes de forma colaborativa e de cumprirem com seus objetivos.

AONDE SE QUER CHEGAR?

Além da falta de envolvimento da comunidade escolar, o desenvolvimento dos ciclos também vem apresentando situações que não contribuem para o aprimoramento de uma aprendizagem com qualidade. Sabe-se que nem todas as crianças aprendem da mesma forma, um aluno é diferente do outro, a história de vida e de conhecimento dos alunos é diferente e, portanto a forma como desenvolvem sua aprendizagem é diferenciada. E então, o que fazer com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e ao final dos ciclos não conseguiram superá-las? A proposta de implantação dos ciclos prevê um apoio educativo para alunos que apresentarem tais dificuldades, mas será que apenas isso é suficiente?

Convém, no entanto pensar nas seguintes questões: Será que as novas formas de organização do sistema escolar estão dando uma igualdade de oportunidades e estão realmente formando um cidadão participativo? Ou essa nova forma de organizar o sistema está apenas atendendo a necessidade do Estado em reduzir custo na educação? Ou seja, enquanto visamos uma promoção qualitativa, o Estado visa uma promoção quantitativa?

A globalização da economia ordena os novos padrões de acumulação do capital, a nova divisão internacional do trabalho e determina as novas relações que se estabelecem no interior do capitalismo.

Assim comenta Freitas: “... nos períodos de crise o capitalismo introduz modificações tendentes a garantir taxas de exploração mais adequadas aos seus objetivos. Portanto, muda-se o papel do Estado, o papel da tecnologia, o papel da educação e a composição da classe trabalhadora, com impactos na luta política e ideológica”. (FREITAS, 1995, p. 72).

Em relação ao papel do Estado, a sociedade brasileira é pressionada pelo atual governo a convencer-se de que somente pelas reformas é que se pode garantir um “Estado mínimo”. A imagem deste Estado é vinculada como aquela que é sinônimo de Estado enxuto, sem gastos. O que a maioria da população não percebe é que através das reformas, o Estado tem se eximido da área social, como saúde e educação. E que o Estado mínimo possibilita o jogo de interesses do capital estrangeiro-globalizado, assim como dos empresários e latifundiários desse país.

A reestruturação das forças produtivas das relações de trabalho sugere não só novas formas de organização no mundo do trabalho, mas também exige uma reestruturação nas instituições escolares. A educação, no mundo globalizado, passou a ser vista como uma “mercadoria”, como um meio para crescimento econômico pois é em seus bancos escolares que se produz à mão-de-obra qualificada que se faz necessária no atual modelo econômico. A escola passou a ser responsável pela formação do capital humano no mundo globalizado.

Neste contexto a educação passa a ser uma “preocupação” no que se refere à sua aparência e não a sua essência. Novas formas de organização do sistema escolar são pensadas e desenvolvidas com a intenção de desenvolver as competências necessárias ao novo trabalhador, mas pouco se pensa e se produz politicamente com relação à igualdade de oportunidades e a equidade na educação; precisava-se educar para o

emprego e a escola deixou de lado sua função social e passou a atender as necessidades do mundo capitalista.

Partindo desse contexto histórico e social pode-se perceber que ao elaborar as propostas de reestruturação do sistema de ensino, cidades como Porto Alegre e Curitiba, deixam claro que estão atendendo aos interesses dos cidadãos. Porém é preciso analisar se estas reformas estão sendo direcionadas aos objetivos que se propõe, ou apenas é um projeto para adequar o ensino brasileiro às exigências da economia mundial globalizada, ou seja, de dotar a população de conteúdo mínimo para que possa cumprir o seu papel como cidadão mais flexibilizado, criativo e com saber prático, requisitos que são necessários para se atuar no mercado capitalista em transformação.

Tais observações feitas durante esse trabalho vêm para mostrar a necessidade de se ter claro os interesses do Estado com relação à aplicação e desenvolvimento de políticas públicas que se propõe a atingir certos objetivos, mas que na realidade, acabam por direcionar-se a interesses que são alheios a educação. Não se pode esquecer que a função dos educadores é a formação de cidadãos capazes de agirem e interagirem em sociedade e, portanto os esforços dos educadores devem estar remetidos para tal intenção.

MÉTODO E RESULTADOS DA PESQUISA

A parte teórica e bibliográfica desenvolvida neste trabalho foi realizada através de estudos e análise comparada em referenciais embasados nas propostas de ciclos já implantados em algumas cidades brasileiras. Além disso, foram estudados autores que desenvolveram seus estudos com cunho político educacional.

A parte prática deu-se através de questionários direcionados a professores de duas escolas municipais da cidade de Curitiba. Foram selecionadas escolas que alteraram o seu sistema de ensino e que passaram a adotar os ciclos de aprendizagem como uma nova prática educativa, cuja clientela é parecida.

Na escola “A”, com relação ao processo ensino-aprendizagem, oitenta e dois por cento dos professores afirmam que houve uma queda no que diz respeito à qualidade de ensino após a implantação dos Ciclos de Aprendizagem. Já, nove por cento dos professores, acreditam que o desenvolvimento desse novo sistema de ensino trouxe melhorias para o desenvolvimento de uma aprendizagem com qualidade. E, por fim, outros nove por cento dos professores, afirmaram que não ocorreram mudanças no

processo de aquisição da aprendizagem após a implantação dos Ciclos de Aprendizagem.

Na escola “B”, observou-se que oitenta por cento dos professores que responderam o questionário, acreditam que o processo ensino-aprendizagem piorou, ou seja, a qualidade que se procurava alcançar com o sistema seriado, após a implantação dos Ciclos de Aprendizagem, deixou de existir. Já, vinte por cento dos professores, acham que nada mudou, que os problemas e a falta de envolvimento da família, dos alunos e dos professores sempre existiram e, com a implantação dessa nova política, tais situações apenas tornaram-se apenas, mais evidentes.

Analisando os resultados obtidos através da pesquisa, observou-se que a maioria dos professores dessa escola percebeu que a política educacional desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação, implantando os ciclos nas escolas, não está contribuindo para o desenvolvimento de uma aprendizagem com qualidade, pois falta uma maior estruturação do mesmo, e uma definição do que se quer realmente, qualidade ou quantidade.

Sobre o interesse e o envolvimento dos alunos com relação à escola, após a implantação dos Ciclos de Aprendizagem, na escola “A” setenta e dois por cento dos professores afirmam que o interesse dos alunos não se ampliou após o desenvolvimento do novo sistema. Outros vinte e oito por cento dos professores, dizem que o interesse e o envolvimento dos alunos perante as atividades escolares diminuíram.

Na escola “B”, sessenta por cento dos que responderam o questionário afirmam que nada foi alterado. A participação e o interesse dos alunos continuam o mesmo, ou seja, muitos demonstram gostar das atividades escolares e não apresentam maiores dificuldades e outros, devido aos problemas sociais e emocionais que enfrentam, não apresentam o mesmo desempenho. Já, quarenta por cento acham que está ocorrendo uma grande falta de interesse, por parte dos alunos, com relação à execução das atividades escolares, pois sabem que se esforçando ou não, aprendendo ou não, freqüentando ou não as aulas, irão conseguir passar para o ciclo seguinte.

Percebe-se com isso que a política educacional dos ciclos de aprendizagem, quando não bem estruturada, acaba gerando acomodação por parte de toda a comunidade escolar no que diz respeito à participação. Esta opinião dos professores vem ao encontro com a discussão apontada durante revisão bibliográfica desta monografia, que mostra que a falta de interesse dos alunos, com relação à aquisição de

conhecimentos sistematizados, aumentou após a implantação da atual política educacional.

Em se tratando da participação da família com relação ao interesse pelo processo ensino-aprendizagem, observou-se que a opinião dos professores é bem dividida na escola “A”: cinquenta e quatro por cento colocou que a participação familiar não mudou, continua da mesma forma, a grande maioria dos pais vem à escola quando são solicitados e, uma pequena parte destes, acompanha o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos. Porém, quarenta e seis por cento, acreditam que esse interesse diminuiu com o processo de ciclagem por não haver mais a retenção e por se ter à certeza de que o aluno irá obter êxito.

Já na escola “B” todos os profissionais que responderam o questionário, possuem a mesma opinião, acreditam que esse interesse não aumentou e nem ao menos diminuiu, ou seja, continuou o mesmo.

Sobre esse resultado pode-se questionar a atitude não da comunidade escolar (pais), mas dos dirigentes desse processo (Secretaria de Educação, Diretores de Escolas), que não desenvolveram um processo de conscientização daquelas pessoas que realmente são os interessados pelo sucesso dessa política. Este processo poderia ser feito como na cidade de Porto Alegre, onde os Conselhos Escolares passaram por um processo de formação e vivência dos ciclos e, somente então, estes foram implantados com o apoio e participação da grande maioria da comunidade.

Para se conseguir o apoio da comunidade escolar no processo ensino-aprendizagem é necessário que a mesma tenha claro quais são os objetivos que se pretende alcançar com a nova proposta, quais seus pontos positivos e negativos. Essa tarefa é de incumbência não apenas da equipe pedagógica e administrativa da escola, mas também dos idealizadores da proposta de reestruturação do sistema de ensino, pois sem o consenso, pouco se irá avançar no que diz respeito à qualidade de ensino.

Quanto à preferência dos profissionais que responderam os questionários na escola “A”, setenta e dois por cento, com relação à organização do sistema de ensino, é que este seja da forma seriada e, vinte e oito por cento dos professores, preferem o ensino organizado por Ciclos de Aprendizagem.

Na escola “B” sessenta por cento dos professores preferem um sistema de ensino organizado em séries e com a “retenção” dos alunos que não conseguirem adquirir os pré-requisitos necessários para a série seguinte. Outros quarenta por cento,

acreditam que a estrutura das instituições pode ser organizada em Ciclos de Aprendizagem, conforme a proposta da Secretaria Municipal de Educação.

A opinião dos professores consultados ressalta a importância de uma conscientização política para que o processo se realize com êxito, tendo todos os seus esforços voltados para o objetivo da proposta, partindo da reflexão, seguido de análise e tendo a ação a posteriori.

Em relação à metodologia, todos os professores da escola “A” disseram que frente às novas propostas implantadas pela Secretaria Municipal de Ensino de Curitiba, procuram constantemente aperfeiçoar-se, a fim de poderem dar oportunidades para que a aprendizagem seja desenvolvida por todos os alunos, apesar das dificuldades políticas e sociais encontradas.

Já na escola “B” oitenta por cento dos professores que participaram dessa pesquisa disseram que estão procurando aperfeiçoar-se para poderem formar os novos cidadãos e outros vinte por cento, afirmaram que passaram a aprimorar a sua metodologia de ensino somente após a implantação dos ciclos.

Esta opinião dos professores vem para demonstrar que o processo de implantação dos ciclos, nas escolas municipais da cidade de Curitiba, necessitava, primeiramente, de um processo de formação e conscientização sobre as diretrizes que esta nova política deveria seguir. Mas não somente isso seria necessário, como também, o desenvolvimento de processos de aperfeiçoamento e renovação da prática educativa dentro dos parâmetros de uma educação continuada, pois não foi apenas a nomenclatura dos sistemas de ensino que se alterou, mas também o currículo, ou seja, todo o processo de ensino-aprendizagem escolar.

Enfrentar uma realidade nova, sem ter, muitas vezes, o conhecimento sistematizado necessário, solucionar os problemas da sala de aula, e ainda, amenizar as dificuldades dos alunos sem um apoio político real, e mesmo assim, ainda buscar o aprimoramento da metodologia, é uma questão que merece um grande reconhecimento de toda a sociedade. Os únicos indivíduos que realmente estão preocupados com os destinos da educação são aqueles que convivem diariamente e diretamente com a mesma.

Perguntando aos professores sobre a opinião dos mesmos com relação à forma de avaliação adotada pela escola, setenta e dois por cento dos profissionais da escola “A” concordam com a proposta pedagógica adotada pela escola e procuram segui-la conforme são orientados pela equipe pedagógica e administrativa. Já, vinte e oito por

cento dos professores, disseram que não concordam com os ideais de avaliação que são adotados pela escola e acabam seguindo procedimentos próprios.

Na escola “B” quarenta por cento dos professores possuem procedimentos próprios por não concordarem com a proposta pedagógica desenvolvida pela escola e outros quarenta por cento, não concordam com os procedimentos de avaliação adotados na instituição, mas os seguem por obrigação e por não terem segurança de adotar procedimentos inovadores e tradicionais. Já, vinte por cento dos profissionais da educação, responderam que concordam com os métodos adotados e os seguem sem fazer alterações.

O processo de avaliação de um sistema escolar deve estar vinculado com a concepção de ensino, que norteará a prática pedagógica, e as decisões metodológicas tomadas a partir da concepção de ensino, tendo-se claro o que de fato se desejará ensinar para saber o que deverá ser avaliado. Portanto, para se atingir os objetivos que se pretende, a forma de avaliação é essencial e deve ser definida no coletivo escolar, visando o que realmente o aluno sabe.

Para que haja qualidade na educação, como diz Mezomo, é necessário que toda a comunidade escolar esteja envolvida nesse processo. Se uma parte dessa comunidade não está interada da missão da escola, certamente o processo não atingirá os resultados esperados. “É preciso derrubar as barreiras e aproximar as pessoas, porque assim que se melhoram os processos e os sistemas”. (MEZOMO, 1997, p. 30)

Além das questões objetivas, no questionário havia também questões dissertativas. A primeira questão relacionava-se com os pontos positivos do novo processo de estruturação dos ciclos e, os professores deveriam descrever situações que surgiram após a implantação dos mesmos e, que passaram a contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem com qualidade.

Foram estas as situações mais citadas pelos profissionais da educação que responderam o questionário: possibilidade de reorganização do tempo escolar, acompanhamento do professor no ciclo, a reflexão dos profissionais da educação sobre sua prática educativa, avaliação contínua, maior oportunidade de aprendizagem aos alunos, proposta teórica coerente, integração de conteúdos, desenvolvimento integrado de aptidões do aluno, revisão do conceito de reprovação.

Também foi solicitado aos professores, na segunda questão dissertativa, que relatassem os pontos negativos do processo de ciclagem, ou seja, que descrevessem situações que passaram a não contribuir para a aquisição da aprendizagem com

qualidade e, que surgiram após a implantação dos Ciclos de Aprendizagem: falta de estrutura e recursos humanos, formação deficiente do professor, currículo seriado, falta de respeito com a opinião do professor, a imposição na implantação da política educacional atual, proposta utópica, falta de interação entre etapas e ciclos (sua essência ainda é seriada), equipe multidisciplinar, retenção dos alunos apenas no final do ciclo, sucateamento da qualidade do ensino-aprendizagem, aprovação de alunos sem o domínio dos pré-requisitos necessários, falta de interesse de conteúdos determinados, falta de especialistas para auxiliar no processo, morosidade dos atendimentos especializados.

CONCLUSÃO

Após o estudo realizado em que se levantou o problema “até que ponto os ciclos de aprendizagem instaurados pela Prefeitura Municipal de Curitiba suprem as necessidades dos educandos e educadores“, e através do contato com os profissionais que realmente participam ativamente do processo de ciclagem, na Rede Municipal da cidade de Curitiba, e que também (em sua maioria) já trabalharam com o sistema de ensino na forma seriada, foi possível concluir que há uma grande insatisfação com relação aos rumos tomados pela atual política, começando pelo processo de implantação, que surgiu, segundo os sujeitos da pesquisa, de maneira imposta hierarquicamente, sem muitas discussões e preparação da comunidade escolar; observa-se neste contexto que há falta de comunicação entre a entidade mantenedora e os reais agentes do processo educacional.

Analisando os questionários que foram aplicados, pode-se concluir ainda, que o processo de ciclagem gerou uma acomodação e maior desinteresse por grande parte da comunidade escolar, na medida em que se altera um contexto de repetências e punições pela falta de estudo, instituindo-se um novo sistema sem os esclarecimentos e conscientizações necessárias.

Por fim, conclui-se que os Ciclos de Aprendizagem, implantados pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de Curitiba, geram acomodação em seus agentes principais, na medida em que apenas se valorizam os números e não o conhecimento adquirido. Por outro lado, há ação por parte dos profissionais que realmente compreendem a função social de seu trabalho, e que se comprometem com o pleno desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade, enfrentando todos os obstáculos, e lutando por seus ideais.

A sugestão que se propõe é a realização de trabalhos de formação da comunidade escolar como um todo (cursos de capacitação, seminários, experimentação do sistema em apenas algumas escolas, estudos de grupo, troca de experiências com pessoas que já vivenciam tal realidade, etc.), ou seja, todos os envolvidos com o processo de ensino, para que possam conhecer melhor a proposta, além de vivenciá-la com maior segurança e conhecimento de causa.

REFERÊNCIAS

APP-SINDICATO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96:** um trabalho elaborado pelo Fórum Paranaense em defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal. Curitiba: Gráfica e Editora Popular, 1997.

ARROYO, M. G. Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores. **Educação & Sociedade:** revista de Ciência da Educação / centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes). Campinas: Cedes, v. XX, nº 68, pg. 143-161, 1999.

AZEVEDO, J. C. de. A democratização da escola no contexto da democratização do Estado: a experiência de Porto Alegre. In: **Escola Cidadã:** teoria e prática/Luiz Heron da Silva (org.). Petrópolis: Vozes, p.12-30,1999.

COSTA, M. da. A educação de conservadorismo. In: **Pedagogia da Exclusão**/Pablo Gentili (org.). Petrópolis: Vozes, 1996, p.43-76.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação. **A escola Municipal e os Ciclos de Aprendizagem:** processos de implantação. Curitiba, 1999.

FREITAS, L. C. de. Seis Teses sobre a Educação e Contemporaneidade. In: **Revista Educação**, Belém, 1995.

MEZOMO, J. C. **Educação e Qualidade Total:** a escola volta às aulas. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de políticas educacionais. **Os parâmetros curriculares nacionais:** versão preliminar, Brasília, MEC, 1995.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE. Sistematização e estruturação dos ciclos de formação: versão revisada e ampliada. **Cadernos Pedagógicos 9.** Dezembro de 1995.